

**PÁTRIA GRANDE, INDO-AMÉRICA:
A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA NA OBRA DE HAYA DE LA TORRE**

*INDO-AMERICA, THE GREAT FATHERLAND: LATIN-AMERICAN INTEGRATION IN
HAYA DE LA TORRE'S WORKS*

Alexandre Ganan de Brites Figueiredo^()
Luiz Fernando Sanná Pinto^(**)*

Resumo: Este artigo aborda a obra de Victor Raúl Haya de la Torre (1895-1979), um dos protagonistas da vida política e intelectual da América Latina no século XX. Haya foi o fundador da *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA), partido nacionalista de caráter continental cujo programa tinha como eixo a integração latino-americana. Sua obra aborda temas até hoje axiais para a região: os problemas causados pelas intervenções extrarregionais, o papel do Estado no processo de industrialização dos países subdesenvolvidos e a importância, para garantir uma inserção soberana no sistema internacional, da integração política e econômica do espaço que vai do Rio Bravo à Patagônia. A análise pretende abordar esse pensamento, que antecipou várias questões que tangenciam o debate contemporâneo sobre a integração.

Palavras-chave: Victor Raúl Haya de la Torre; Integração da América Latina; APRA; Nacionalismo; Peru.

Abstract: This article intends to analyze Victor Raul Haya de la Torre's (1895-1979) works, one of the most important intellectual and politician of Latin America in the twentieth century. Haya was the founding father of *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA), a continental nationalist party that supported regional integration as its main objective. His texts comprised themes still contemporaries: problems caused by extraregional intervention, the role of the State in the industrialization of underdeveloped countries and the importance of Latin American political and economic integration to the achievement of a sovereign international insertion. The article defends that Haya's thought has anticipated the debates on integration.

Key-Words: Victor Raúl Haya de la Torre, Latin American Integration, APRA, Nationalism, Peru.

(*) Alexandre Ganan de Brites Figueiredo é doutorando em Integração da América Latina no PROLAM-USP. É mestre em integração da América Latina pelo mesmo Programa, bacharel em História pela FFLCH-USP e graduando da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco. *E-mail:* figueiredosp@yahoo.com.br. É autor de *Ecos do Libertador — Simón Bolívar no discurso de Hugo Chávez*.

(**) Luiz Fernando Sanná Pinto é doutorando em Economia Política Internacional na UFRJ. É mestre em Integração da América Latina pelo PROLAM-USP e bacharel em Relações Internacionais. É coautor do livro *Relações Internacionais do Brasil e Integração Latino-Americana* e membro da Missão do IPEA na Venezuela.

Recebido em 24.09.11 e aceito em 07.05.12.

INTRODUÇÃO

Victor Raúl Haya de la Torre foi um dos protagonistas da vida política e intelectual da América Latina no século XX. Fundador da *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA), partido anti-imperialista de caráter continental, Haya formou-se no bojo da Reforma Universitária que, a partir da Universidade de Córdoba, impactou também o Peru e a aristocrática cidade de Lima: a proposta era abolir os *vice-reinados do espírito*. Chefe de partido, foi cultuado como a grande liderança da APRA, ao mesmo tempo em que era criticado por adversários políticos de direita e de esquerda. Fora chamado de fascista pelos comunistas e de comunista pelos setores mais abastados da sociedade peruana. Durante os governos ditatoriais, sofreu perseguições e foi obrigado a buscar o exílio, o que ensejou, inclusive, um clássico caso do Direito, quando Haya ficou preso por anos na embaixada colombiana em Lima, impedido pelo governo de deixar o país. Embora tenha falecido há mais de 30 anos, sua obra ainda desperta paixões.

Haya nunca foi um pensador de cátedra. Toda a sua obra — livros, discursos, cartas e artigos — foi produzida com vistas a intervir no debate político. Isso, porém, não a tornou datada. No que possui de mais original, a obra de Haya antecedeu a discussão de questões que acabaram por se tornar axiais em toda a região: os problemas causados pela expansão econômica norte-americana; o papel do Estado no processo de industrialização dos países dependentes; e a importância, para garantir uma inserção soberana no sistema internacional, da integração política e econômica dos povos que vivem na região que vai do Rio Bravo à Patagônia.

Cabe ainda mais uma observação introdutória: em Haya, a discussão dessas questões se dá a partir da definição da identidade do homem de *Nuestra América*, problema tão antigo quanto o das independências. Segundo o intelectual peruano, a herança indígena, presente culturalmente em todas as nossas repúblicas, unir-nos-ia, afastando-nos de aproximações com a Europa e com os Estados Unidos. Quando unidos e libertos da opressão e da dependência, constituiríamos não a América Latina, expressão que carrega um forte conteúdo colonial, mas a *Indo-América* — somente a aceitação de nosso caráter índio poderia tornar a erguer em pedra a América que os europeus construíram com adobe.

Neste breve texto, pretendemos apresentar a abordagem que Haya fez dessas questões. Para tanto, dividimos a exposição em quatro eixos. O primeiro trata do contexto do Peru em que emergiu a figura do intelectual e do político Haya de la Torre. Trata-se de um Peru em transformação: um país que se integra à divisão internacional do trabalho e que permite a exploração de seus recursos naturais pelo capital estrangeiro; uma realidade marcada pelo surgimento de novas demandas sociais e de movimentos políticos inspirados em ideias — indigenismo, aprismo, socialismo — que entravam em choque com a ordem estabelecida.

O segundo eixo é o do *realismo* de Haya. Segundo o próprio autor, toda a sua análise é fundamentada em uma observação objetiva da realidade material, o que lhe teria permitido entender o verdadeiro caráter da subordinação da região diante dos núcleos centrais do capitalismo — um caráter econômico, não espiritual nem racial, como muitos de seus contemporâneos pensavam.

A perspectiva de Haya sobre expansão econômica dos países desenvolvidos — *imperialismo* — conforma o terceiro ponto a ser abordado. Os laços de cooperação entre as oligarquias nativas e o capital internacional seriam a expressão da conjura dos interesses minoritários contra o resto do povo, o que, entre outras coisas, impediria a formação de Estados nacionais realmente soberanos. A conquista da soberania efetiva estaria vinculada com a construção de um *Estado Anti-imperialista*, o qual deve intermediar as relações do povo com o imperialismo, promovendo a industrialização a partir de cima.

Por último, será apresentada a ideia de Haya de que a integração da região é uma condição *sine qua non* para a construção de *Estados Anti-imperialistas*, porquanto os países cada um por si dificilmente conseguiriam montar estruturas estatais capazes de se contrapor ao *Colosso do Norte*.

UM PAÍS EM TRANSFORMAÇÃO

É impossível entender a obra de Victor Raúl Haya de la Torre sem levar em consideração as vicissitudes características do Peru do final do século XIX e início do século XX. Trata-se de um período de grandes mudanças econômico-sociais e de amplos debates sobre o futuro de um povo que, carregando dentro de si características, costumes, crenças e valores de uma portentosa civilização que não mais existia, pretendia recuperar o que entendiam como a “dignidade perdida”⁽¹⁾.

Depois do *boom* econômico gerado pelo espetacular desenvolvimento da indústria do guano, o Peru se viu envolto na intrincada disputa internacional que culminou na Guerra do Pacífico (1879-1881). Ao colocar de um lado o poderoso e organizado Chile e, de outro, o Peru e a Bolívia, a Guerra funcionou como um verdadeiro divisor de águas na história dos países que participaram do conflito. O Peru, mais do que derrotado, acabou humilhado: o presidente Mariano Ignacio Prado abandonou o país e seguiu para a Europa. Ao chegarem à capital peruana, Lima, os chilenos não encontraram um governo com quem negociar a rendição.

O fracasso bélico impeliu a intelectualidade peruana a repensar o seu país.

Envoltos no estado geral de frustração, introspecção e autocritica nacionais, membros da intelectualidade perguntavam-se o que acontecera de errado num país que, havia apenas uma geração, parecia achar-se no limiar do progresso e desenvolvimento nacional.⁽²⁾

A figura mais destacada nesse esforço de reinterpretação do Peru foi o eclético pensador Manuel Gonzalez Prada, considerado o pai do nacionalismo peruano moderno. Influenciado por diferentes correntes filosóficas (positivismo, romantismo, socialismo e anarquismo), Gonzalez Prada atacou os setores dominantes da sociedade peruana,

(1) GALINDO, Alberto Flores. *Buscando un Inca: identidad y utopía en los Andes*. La Ciudad Habana: Casa de las Américas, 1986.

(2) As origens do Peru moderno, 1880-1930. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*, vol. V. São Paulo: Edusp, 2002. p. 326.

responsabilizando-os pela derrota do país na Guerra contra o Chile. Para ele, o grande problema do país era a fragmentação, a dificuldade em se concretizar a unidade nacional, o que era causado pela marginalização do elemento indígena, o esquecimento e a desconsideração do mundo da *sierra*, então visto como atrasado e obsoleto pela sociedade *criolla* da costa. Gonzalez Prada defendia que a pátria só se tornaria forte quando as massas oprimidas de camponeses índios conquistassem sua emancipação.

Embora tenha influenciado a intelectualidade progressista peruana que surgiria em um período posterior, o pensamento crítico de Gonzalez Prada não se coadunava com o modelo de inserção internacional proposto pela elite política do país para o pós-Guerra do Pacífico. Diante da dívida externa e da perda de seus principais ativos, o guano e o nitrato, o país negociou o chamado *Contrato Grace*, o qual, em troca da concessão das estradas de ferro peruanas por um período de 66 anos, da livre navegação no Lago Titicaca e do pagamento anual de 80 mil libras durante 33 anos, garantiu o cancelamento da dívida externa peruana.

O acesso aos mercados de capitais que o *Contrato Grace* garantia possibilitou a reconstrução capitalista do Peru, a qual se deu em um contexto político em que vigorou a chamada “República Aristocrata” (1895-1919). Essa recuperação ocorreu em detrimento da antiga oligarquia do país, que perdeu espaço para os produtores de açúcar do litoral (arredores de Lima) e para o capital internacional. Durante esse período, houve uma mudança importante na forma de atuação do capital estrangeiro na economia nacional peruana: até o final do século XIX, o capital inglês ou norte-americano penetrava mais como um agente de facilitação, de “intermediação” entre os recursos naturais do Peru e o mercado externo, enquanto que, a partir desse período, ele passou a penetrar o setor da produção.

No século XX, porém, o capital norte-americano começou a entrar no estágio da produção. Aconteceu principalmente no campo da mineração, mas estendeu-se também em graus variados a outros setores da economia. Nas primeiras três décadas do novo século, grandes companhias dos Estados Unidos começaram a ocupar e monopolizar áreas de produção no setor de exportação antes controlado exclusivamente por empresários peruanos.

A indústria mineira, em grande parte devido à sua dependência tecnológica e ao emprego intensivo de mão-de-obra, tornou-se o exemplo clássico de substituição dos naturais da terra por estrangeiros.⁽³⁾

As rápidas transformações econômicas afetaram profundamente a configuração sociopolítica do Peru, porquanto atores sociais que outrora não existiam (proletariado) ou que viviam num estado de torpor secular (camponeses indígenas) foram ativados para a vida política.

De 1890 até 1932, a população de Lima mais do que triplicou, passando de 104 mil habitantes para 384 mil. *Barriadas* (favelas) multiplicavam-se enquanto a concentração formava o caldo de cultura necessário para o fortalecimento dos sindicatos e para a

(3) Idem, p. 336-337.

difusão de ideologias que dessem algum sentido aos novos movimentos que surgiam. Em 1911, foi deflagrada a primeira greve geral do Peru. Em 1912, com auxílio de uma greve de trabalhadores, Guillermo Billinghurst, com uma plataforma reformista, foi eleito presidente e afastou do poder a força política que predominava na “República Aristocrata”, o Partido Civilista. Temendo as mudanças propostas pelo presidente, a oligarquia peruana (majoritariamente civilista) articulou-se com as Forças Armadas e perpetrou um golpe de Estado.

No Sul, a elevação dos preços da lã no mercado internacional fez com que a coexistência entre os produtores e a estrutura pastoril tradicional fosse rompida. A usurpação da terra dos camponeses indígenas não se deu sem reação. Vários levantes e revoltas sangrentas ocorreram. A mais famosa foi a de Puno, deflagrada em 1915 e chefiada por Teodoro Gutiérrez Cuevas, celebrado pelo nome indígena de Rumi-Maqui, quem recrutou um exército de camponeses e que, até ver seus homens dispersados pela força regular, colocava na ordem do dia o sonho da restauração de Tawantinsuyo (Império Incaico). Além disso, a partir da década de 1910, surgiu com força o indigenismo, movimento que se organizou em torno do *Comité Central Pro-Derecho Indígena Tahuantinsuyo*, o qual contou com lideranças importantes como Samuel Nuñez Calderón, Hipólito Salazar, Juan Hipólito Pévez, Carlos Condorena e Ezequiel Urviola.

Em meio a esse clima e a essas mudanças, os estudantes de classe média também passaram a intervir mais no debate político, primeiro pensando em alterar a Universidade e, depois, todo o país.

O número de novos estudantes matriculados, originários, em sua maioria, da classe média provincial e urbana, quase dobrou entre 1907 e 1917. Organizados politicamente já em 1908, esses estudantes de classe média empenharam-se, em seguida, em reformar o currículo e as estruturas administrativas antiquadas da universidade a fim de criar um novo espaço para suas necessidades e aspirações particulares. Assim como o interlúdio Billinghurst antecipara de muitas maneiras a crise imanente da velha ordem civilista, o movimento de reforma universitária de 1918 simbolizou num microcosmo as tendências gerais da sociedade que estavam minando essa ordem. Somente quando esse movimento se juntou, em 1919, à luta da classe trabalhadora pela jornada de oito horas, porém, é que essa ordem pôde chegar a um fim abrupto.⁽⁴⁾

O mais importante líder do movimento estudantil peruano de 1918-1919 foi Victor Raúl Haya de la Torre. Este foi influenciado pela Reforma Universitária Argentina de 1918, iniciada na *Universidad Nacional de Córdoba*. Já nesse período Haya de la Torre percebeu a vinculação das questões nacionais peruanas com as questões latino-americanas. Como presidente da Federação dos Estudantes do Peru, Haya visitou universidades na Argentina, no Uruguai e no Chile, recolhendo experiências que podiam auxiliar seu movimento na *Universidad San Marcos* e em todo o Peru.

Por intermédio do movimento estudantil, Haya logrou uma articulação cada vez maior com lideranças operárias e camponesas, já que, além de apoiar suas demandas e

(4) *Idem, ibidem*, p. 362-363.

participar das greves, criou as Universidades Populares Gonzalez Prada, onde estudantes universitários davam aulas às pessoas provenientes dos setores menos favorecidos da população.

Mais tarde, em 1923, quando o presidente Augusto B. Lengüía propôs consagrar o país ao Sagrado Coração de Jesus, os setores que já vinham se articulando contra suas políticas organizam uma oposição generalizada, a qual foi liderada por Haya de la Torre. As manifestações se avolumam e, diante da repressão lançada pelo governo, os líderes partem para o exílio. Haya parte para o México e, ao tomar contato com a realidade política latino-americana e com as intervenções dos Estados Unidos na região, funda, em 1924, a *Alianza Popular Revolucionaria Americana*, partido anti-imperialista de caráter continental.

UM QUIXOTE REALISTA

Em carta a Julio A. Cuello, responsável pela fundação da seção aprista da República Dominicana, Haya escreve que:

Es muy gallardo Don Quijote queriendo componer al mundo con una lanza vieja, pero es inútil y es bellamente ridículo. Pensemos que el quijotismo habría imperado en el mundo si la lanza de Don Quijote hubiera sido un arma de su tiempo (...) para mí, la enseñanza más sabia del Quijote es la enseñanza del realismo, en su más noble sentido. Por eso el realismo, en el caso de Quijote, no habría estado sino en cambiar las viejas armas por armas de su tiempo, en acometer al mal y la injusticia con aquel mismo entusiasmo sagrado y revolucionario para acabar con los entuertos del mundo; pero no llevando en la mano una lanza ni trás sí un hombre pesado y cobarde sobre un asno. Bolívar con un ejército y defendiendo la Libertad de su tiempo con cañones tan fuertes como aquellos que sostenían la opresión es un Quijote realista.⁽⁵⁾

Essa é a direção que deve tomar a análise político-econômica do continente, voltada para a ação: buscar o que no presente pode ser considerado uma utopia distante e mesmo irrealizável, mas com a condição de não partir de enunciados que, por belos que sejam, aparecem distantes do real-concreto. É condição *sine qua non* de qualquer processo revolucionário do continente pensar a partir da realidade latino-americana, buscando nela própria as alternativas para superação de nossos problemas. Conservador ou transformador, o pensamento e a ação política dos europeus podem nos servir de fonte de pesquisa, nunca de orientação direta. E Haya pensa dessa forma sem nenhum chauvinismo nativista: buscou no marxismo a base de sua análise econômica e assimilou as lições da organização partidária leninista melhor que o próprio Partido Comunista Peruano, herdeiro do Partido Socialista fundado por José Carlos Mariátegui. Construiu a APRA sob a inspiração da disciplina bolchevique e de sua teoria do partido enquanto promotor

(5) HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. El despertar de América Latina. In: *Obras Completas*, volume I. Lima: Mejía Baca, 1985. p. 102-103.

da transformação. Porém, nunca aceitou que viessem de fora as teses que orientariam a prática política interna, fossem elas provenientes da III Internacional ou de Washington.

Em *El significado político del nombre*, Haya afirma com contundência:

El problema social mundial en nuestra América cobra caracteres muy especiales, fisionomía propia, complejidad y trascendencia muy americanas. Por ser nuestra realidad así, tan nuestra, estoy francamente contra todas las especies de trepadores pseudorrevolucionarios tropicales, que repiten discursos europeos para resolver nuestros problemas.⁽⁶⁾

Em *El antiimperialismo y el APRA*⁽⁷⁾, Haya constata que a América constitui um espaço-tempo histórico específico, que exige soluções próprias. Para Haya, a proposta verdadeiramente revolucionária deve partir de uma reflexão que balanceie detidamente as forças em luta. Apenas assim, poderá ser proposto um caminho possível para a transformação do continente — nesse ponto, aflora o que os críticos chamam de “reformismo”. Oliveiros S. Ferreira, em seu trabalho sobre o peruano⁽⁸⁾, qualifica-o como “um revolucionário da ordem”. Como seu contemporâneo alemão Rudolf Hilferding, Haya acreditava que seria possível organizar o capitalismo, torná-lo mais palatável para as classes trabalhadoras e, com o tempo, por meio da adoção dos mecanismos de planejamento econômico, transfigurá-lo em socialismo. De todo o modo, ele pretende que suas propostas sejam vistas como factíveis e bem fundamentadas no estudo científico da realidade, guardando distância de ensaios aventureiros.

A primeira conclusão que Haya apresentou em sua análise foi a de que havia uma oposição entre o imperialismo *yankee* e as forças nacionais latino-americanas. A forma como essa oposição foi apresentada por Haya rompia com os esquemas que vinham sendo construídos até então. Por um lado, os diagnosticadores do “continente enfermo” viam apenas a “barbárie” da América Latina perante a “civildade” da Europa e, cada vez mais, dos Estados Unidos. Por outro, Rodó e os que se inspiraram em seu *arielismo* viam apenas uma suposta superioridade espiritual latina ante o materialismo pueril dos anglo-saxões. Contra esses determinismos raciais ou espirituais que pouco contribuíam para explicar as assimetrias intra-americanas, Haya erigiu seu pensamento: a subordinação se dá por meio da economia.

Nas palavras de Haya, em discurso proferido à assembleia anti-imperialista promovida por José Ingenieros em Paris, em 1925:

La nueva generación revolucionaria de America Latina ha abandonado para siempre los caminos románticos en la lucha contra nuestro enemigo comum. Hasta ayer, la solidaridad latinoamericana y “el peligro yanqui” han sido contemplados con ojos sentimentales (...)

(6) HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. El significado político del nombre. In: MONTESINOS, Jorge (org.). *Haya de la Torre o la política como obra civilizatoria*. México: FCE, 1982. p. 120.

(7) HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. El antiimperialismo y el APRA. In: MONTESINOS, Jorge (org.). *Haya de la Torre o la política como obra civilizatoria*. México: FCE, 1982.

(8) FERREIRA, Oliveiros. *Nossa América, Indo-américa: a ordem e a revolução no pensamento de Haya de la Torre*. São Paulo: Edusp, 1971.

“el peligro yanqui” se ha visto como un conflicto de razas y hasta como un conflicto de culturas. Nuestra generación anti-imperialista y revolucionaria lo ha precisado como un conflicto económico, simple y llanamente económico.⁽⁹⁾

Ou

Nuestro conflicto con los Estados Unidos no es un conflicto de razas ni una cuestión de espíritu (...) Nuestro conflicto con los Estados Unidos es, pues, fundamentalmente económico, y su expansión política significa “ante todo” expansión económica, emigración de capital, conquista de mercados, vale decir, “imperialismo”.⁽¹⁰⁾

A discussão ganha novos contornos e exige uma nova postura e organização política. Trata-se agora de escolher as armas certas, como certos foram os canhões de Bolívar contra os espanhóis. O imperialismo só poderia ser combatido com uma teoria e um programa que visassem à independência econômica do continente — e escrevemos continente porque Haya nunca acreditou que essa meta seria realizável sem a união política e econômica da América Latina. Esse programa estaria alicerçado, sobretudo, na possibilidade prática de sua aplicação.

Na sua interpretação da história peruana e das possibilidades da luta, vemos bem como se aplica seu método *realista*. Para Haya, a Revolução de Independência não conseguiu constituir uma ideologia própria, porquanto tenha importado dos revolucionários franceses as palavras de ordem, as instituições, as ideias. Essa situação gerou um paradoxo: o pensamento que, na França, embalou os destruidores do Antigo Regime e construtores de uma nova ordem de pequenos proprietários e burgueses, esteve, aqui, presente nos discursos da oligarquia, dos grandes proprietários. Por esse motivo, a República e a democracia que emergem das guerras de independência estão em descompasso claro com seu discurso oficial e, mais importante, com a realidade do latifúndio e do domínio oligárquico. O Estado peruano, em mãos de uma elite sem qualquer identificação com a nação, organizou-se no plano econômico como um sistema de entrega da riqueza nacional.

Com a chegada do imperialismo, a economia peruana passou a caracterizar-se por uma estrutura dual, na qual coexistia um setor nacional, tradicional e tecnicamente atrasado e um setor controlado pelo capital estrangeiro, moderno e tecnicamente avançado. Nesse cenário peculiar, as relações de classe que se gestaram são muito diferentes das europeias, nas quais há um operariado e um campesinato. No Peru, existiria um operariado fabril, mas muito jovem e, principalmente, minoritário. Criticando a tese corrente da interpretação marxista dos Partidos Comunistas, Haya pergunta como se pode precognizar coerentemente que um grupo social minoritário, sem experiência histórica, possa conduzir um processo revolucionário? O outro grupo social, esse majoritário, é formado

(9) HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. El pensamiento de la nueva generación anti-imperialista latinoamericana contra el enemigo de fuera y contra el enemigo de dentro. In: *Obras Completas*, V I, Lima: Mejia Baca, 1985. p. 75.

(10) HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. El despertar de América Latina. In: *Obras Completas*, v. I, Lima: Mejia Baca, 1985. p. 75.

pelos trabalhadores do campo que, apesar de constituírem a imensa maioria da nação, estavam desarticulados e não conseguiam impor sua vontade política. Uma agricultura desorganizada, marcada pela “feudalidade”, não permitiu que surgisse uma classe camponesa culta e preparada para gerir o Estado. Sem um capitalismo desenvolvido, sem uma classe operária em estágio avançado de desenvolvimento e sem campesinato consciente, não havia nenhum dos pressupostos teóricos necessários ao avanço direto rumo ao socialismo. Tratar a realidade como se esses pressupostos teóricos existissem, como, segundo Haya, faziam os Partidos Comunistas, era tratá-la *irrealisticamente*. Importante notar que o objetivo de Haya e da APRA era o socialismo. Toda a sua construção teórica aponta para um futuro socialista. Sua polêmica com os Partidos Comunistas se dá quanto à forma de se chegar ao socialismo, não quanto ao objetivo em si.

A saída proposta por Haya foi a de constituir uma aliança, em uma só frente, dos setores acima citados (operários e camponeses) com o terceiro grupo social oprimido pelo imperialismo: as classes médias, mais cultas e preparadas e igualmente interessadas na dissolução do sistema vigente. Essas três classes, apesar de constituírem a imensa maioria da população, foram apartadas do poder pelas oligarquias aliadas do imperialismo. A APRA seria a representação política desses setores excluídos da república em sua luta contra a constrição interna e externa dos grupos minoritários.

O ESTADO ANTI-IMPERIALISTA

Haya conta que percebeu tarde a presença do imperialismo. Quando ingressou na Universidade de Lima, em 1917, essa consciência ainda não era expressa. Era o ano da Revolução Russa, da Constituição Mexicana (primeira a garantir os direitos econômicos, sociais e culturais), mas também o ano dos *fourteen points* do presidente norte-americano Woodrow Wilson, os quais agradaram bastante a opinião pública peruana. Foi a presença física do imperialismo, “*cuando fueron entregadas a comisiones técnicas estadounidenses la vigilancia y el usufructo de las rentas aduaneras, la higienización de las ciudades, la instrucción pública y la industria petrolera peruana*”⁽¹¹⁾, que lhe fez passar a considerar essa dimensão do problema da subordinação.

Sua avaliação, em síntese, foi a seguinte: os Estados da América Latina estariam sujeitos à expansão do grande capital internacional. As elites governantes de seus países seriam o braço interno da mesma dominação externa, garantindo governos dóceis aos “patrões”, melhor definidos como subdepartamentos dos interesses estadunidenses do que como representação da vontade do povo. Essa elite de subordinados, “*mercaderes de pátrias, traidores calificados*”, não trabalha de graça: recebe seu pagamento a cada nova estrada de ferro construída, a cada novo empréstimo bancário concedido. Por sua vez, o povo viveria oprimido e explorado por conta dessa aliança entre seus inimigos internos e externos.

(11) HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. La unidad de América Latina es un imperativo revolucionario del mas puro caracter económico. In: *Obras Completas*, v. I, Lima: Mejia Baca, 1985. p. 12.

Num plano continental, para Haya, estaria reproduzida a contradição fundamental do capitalismo apontada por Marx: a oposição entre burguesia e proletariado. Os Estados Unidos, nação burguesa, tendo como aliados de classe as elites governantes latino-americanas, opunham-se à América Latina. Esta, com seu resquício feudal, seu primitivismo econômico e sua nascente indústria, caracterizava-se como uma grande região proletária, economicamente colonial. Assim, o conflito entre as duas Américas concentraria em si o conflito maior do capitalismo.

Sendo o povo latino-americano como um todo uma grande massa proletária e oprimida por suas elites, aliadas ao imperialismo, a única saída de superação dessa condição, conforme Haya, é a mesma que Marx apontava aos proletários fabris da Europa: a união. Não a união nacional de camponeses e operários que, a rigor, não são os mesmos “camponeses” e “operários” europeus, mas sim a união dos povos para além das fronteiras artificiais que, na visão de Haya, o interesse oligárquico desenhou nas independências. Para sua libertação econômica, que é também sua libertação política, os trabalhadores manuais e intelectuais da América Latina precisam construir eles mesmos a unidade, já que os atuais Estados jamais o farão — o interesse de classe das elites oligárquicas é maior que um eventual patriotismo. Assim, *“la unión o confederación de Nuestra América es un imperativo revolucionario del más puro carácter económico. No podrá realizarse por los Estados actuales, por las clases dominantes pertenecientes a la internacional del capitalismo. Tendrá que ser obra de la acción conjunta de los pueblos, de las clases oprimidas, en defensa de la opresión de fuera y dentro”*.

A fundação da *Alianza Popular Revolucionária Americana* em 1924 foi a resposta política a essa necessidade. Mais que um partido, Haya concebeu a APRA como uma imensa federação continental de trabalhadores “*manuales e intelectuales*”, cujo programa máximo, o ponto basilar, era a união econômica e política de todas as repúblicas da América Latina.

É na obra *El Antiimperialismo y el APRA*, escrita em 1928, mas só publicada em 1935, que o peruano define sua posição e a de seu partido na luta contra o imperialismo. Haya afirma que a América Latina é uma região dependente no cenário do capitalismo global, disputada pelos centros imperialistas, em particular pelos EUA e pela Inglaterra. Tais imperialismos dominam a economia latino-americana e, por conseguinte, projetam sua ação sobre o campo social, dominando a vida política desses países em todas as esferas. Por isso, o Estado seria apenas o instrumento de uma soberania ilusória, visto que é controlado de fato por setores estrangeiros, apesar da presença nos quadros do governo de membros de uma oligarquia cooptada. Essa dominação não acontece, portanto, necessariamente de forma direta, excetuando os desembarques dos *marines* na América Central (e o exemplo da resistência sandinista é muito importante para Haya), mas sim com o apoio de setores nacionais. As classes altas, grandes proprietários, grandes comerciantes e mesmo a incipiente burguesia industrial seriam aliados do imperialismo nessa empresa de dominação.

Sendo assim, qual a saída para obter a independência econômica e política da região? Apesar de apontar para o socialismo como a forma mais apropriada para a realização das potencialidades dos povos latino-americanos e de todo mundo, Haya afirmou

que a América Latina, como zona dependente, não poderia “queimar etapas” e adotar diretamente um regime caracterizado pelo comando econômico do proletariado organizado em força política de partido. O imperialismo seria a “última etapa do capitalismo” apenas para os países plenamente industrializados, que já haviam cumprido todo o processo de negação e sucessão das formações econômico-sociais anteriores. Em países como os nossos, o imperialismo era a “primeira etapa do capitalismo”. Aqui, o incipiente proletariado e as demais classes produtoras ainda não tinham capacitação e consciência suficientes para gerir o Estado sem o auxílio das classes médias.

Para o escritor e político peruano, o regime soviético seria o caso paradigmático da impossibilidade da construção do socialismo a partir de países dependentes: seu sistema estava baseado em uma supercentralizada e típica forma de capitalismo de Estado que iria perdurar até que a completa industrialização daquele país se cumprisse; por isso, desde o ponto de vista das relações internacionais, o Estado soviético obrigatoriamente conviveria com o mundo social que acreditou derrubar, fazendo parte da engrenagem capitalista que proclamou suprimir.

É uma saída difícil, dada a necessidade de se construir nos países latino-americanos economias industriais prósperas à altura dos centros, mas realizável. Difícil porque o estágio de desenvolvimento dos países continente, agrários, dominados então por uma estrutura fundiária que por si só obstaculizava o desenvolvimento econômico, deixava posta essa questão de como garantir a independência dentro do sistema capitalista sem possibilidade de concorrer de imediato com os centros. E realizável por uma solução híbrida, transitória: Haya propõe que se busque a independência econômica ainda nos marcos do capitalismo, já que a América Latina não teria como derrotá-lo, mas tendo em vista um futuro no qual o capitalismo será invariavelmente derrotado.

Sua interpretação do imperialismo, ao construir essa proposta, é original. Haya afirma que, ao contrário da avaliação de Lênin e outros teóricos do imperialismo que o antecederam, válida para os centros, entre nós, o imperialismo não seria a última etapa do capitalismo, mas sim a *primeira*. O capitalismo surge aqui já na sua forma imperialista e nela a América Latina é integrada ao mercado mundial. Por isso, enfrentar o capitalismo significaria, entre nós, enfrentar o imperialismo, ou os imperialismos que disputam o predomínio sobre a região. Esse enfrentamento não poderia se reduzir grosseiramente à luta pela expulsão do imperialismo, o que seria impossível na prática (e, em certa medida, indesejável, visto que seria o imperialismo que possibilitaria o contato com estruturas modernas de produção). Tratar-se-ia de domá-lo, fazê-lo negociar as melhores condições comerciais possíveis para os trabalhadores da América Latina.

Haya reconhece que a presença imperialista traz novas técnicas de produção para uma economia atrasada, agindo como um propulsor da modernidade. O contato com o imperialismo não é visto como de todo negativo, afinal é a partir dele, dos capitais estrangeiros, que o progresso técnico, as máquinas, chegam até nós. A melhor saída, explica Haya, é construir o que ele chama de *Estado Anti-imperialista*, estrutura política que representaria diretamente a vontade das classes trabalhadoras (operariado, trabalhadores do campo e classes médias), intermediando a relação das mesmas com o imperialismo e levando a América Latina a melhores condições de negociação com o capital

internacional. Esse novo Estado, um contraponto ao estado oligárquico cooptado a mando do imperialismo, nacionalizaria a indústria e a terra e garantiria o desenvolvimento tecnológico propiciado pelo contato com as modernas formas de produção (na prática, Haya se refere aqui ao maquinário, à administração racional, etc.).

O programa da APRA é levantar esse Estado Anti-imperialista no lugar dos estados cooptados latino-americanos. Esse novo poder, mais um passo na luta dos povos agora *indo-americanos* contra a burguesia internacional e seus aliados nacionais, realizaria uma modernização negociada. O contato com as mais modernas formas de produção nos tiraria paulatinamente do atraso econômico. Caberia a esse Estado promover desde cima uma industrialização de planejamento continental, alvejando no horizonte político a completa independência econômica. Ao contrário do que ocorreu na industrialização dos centros, aqui seria construída uma economia industrial gerada no interesse das classes trabalhadoras, sem passar pelos males de seu parto na Europa — o que Marx descreve como o processo histórico da acumulação primitiva. Teríamos a indústria sem uma classe trabalhadora que sofreu o processo de separação dos meios de produção e madura para realizar a derrocada definitiva do capitalismo. Esse é o programa que Haya dá à APRA: a construção de um capitalismo de Estado que aponte para um futuro socialista na América unificada.

PÁTRIA GRANDE, INDO-AMÉRICA

A ideia de integração dos povos latino-americanos para além das fronteiras de seus países esteve presente no projeto de Simón Bolívar, que acabou derrotado. Depois, no correr do século XIX, combatido pelas oposições entre “civilização e barbárie”, teria se tornado uma ideia vagamente insinuada numa etapa lírica do americanismo. Autores como Rodó, Ingenieros, Vasconcelos, Manuel Ugarte e Rubén Darío retomariam ainda de forma mais lírica que prática o projeto unionista. Faltaria à ideia um verdadeiro conteúdo político-social, uma estrutura política organizada e um programa continental. Foram a APRA e Haya, sob o impacto da Reforma Universitária e da Revolução Mexicana, que apresentaram esse programa.

A unidade não é, para Haya, uma utopia romântica, ainda que seja possível considerar dessa forma sua ideia de uma *Indo-América*. Mais que isso, a integração é um imperativo econômico da luta do continente contra o imperialismo. Sem união, não se faz a industrialização, já que separados os países da América Latina não têm força suficiente para enfrentar seus inimigos externos. Por isso, Haya defendia a unidade como pressuposto básico de qualquer projeto que buscasse elevar as condições de vida do continente, desenvolvendo-o econômica e politicamente. A integração do “povo-continente” que formamos dar-nos-ia maior autonomia no cenário internacional⁽¹²⁾.

Em texto de 1968, Haya retoma suas ideias à luz já do debate cepalino, fazendo um interessante paralelo entre suas posições e as da Comissão Econômica para a América

(12) HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. Problemas e imperativos de la unidad continental. In: *Obras Completas*, v. I. Lima: Mejia Baca, 1985. p. 387-400.

Latina (CEPAL). Em primeiro lugar, o peruano afirma que a história comprovou as teses apistas quanto à tendência à formação de grandes blocos econômicos. A Europa já trilhava o caminho do mercado comum e as potências da época, URSS e Estados Unidos, caminhavam no mesmo sentido. Continuava presente, portanto, a necessidade de a América Latina formar um grande bloco econômico regional para se contrapor aos demais e para enfrentar suas investidas. Haya aprova os projetos da CEPAL, sem deixar de notar que desde os anos 1920 seu partido já tinha a unidade econômica preconizada em seu programa. Ele propõe as linhas mestras do que seria o futuro Mercado Comum Latino-Americano: expansão coordenada dos mercados, intercâmbio compensado de produtos, infraestrutura continental de transportes, revisão das taxas aduaneiras, criação de um banco comum de reserva e fomento, criação de uma moeda continental e programa de industrialização coordenada e intercontinental.

No texto citado acima, Haya reivindica para si as propostas integracionistas:

Hace años ya, muchos años, que los apistas erigimos como ideal máximo de toda actividad política en nuestro continente indoamericano el de la unidad de nuestros pueblos. Agitando esta Idea fui a casi todos los países de nuestra gran Patria continental (...) Creímos que era tarea suficiente para una generación, ésta gloriosa de cumplir el sueño de Bolívar (...) Creímos que había que sacudirse aquí de toda servidumbre mental, fuera esta de izquierda o de derecha (...) Creímos que había que adivinar el destino de un Continente rico e indefenso, poco poblado con relación a su vastedad y peligrosamente dividido por políticos miopes, apóstatas de Bolívar y vasalos de Europa.⁽¹³⁾

Por tudo o que expusemos acima, Haya de la Torre pode ser lembrado como um pensador que colocou no centro do debate político e intelectual a questão da integração latino-americana.

REFERÊNCIAS

- GALINDO, Alberto Flores. *Buscando un Inca: identidad y utopía en los Andes*. La Ciudad Habana: Casa de las Américas, 1986.
- BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*, v. V. São Paulo: Edusp, 2002.
- HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. *Obras Completas*. Lima: Mejia Baca, 1985.
- MONTESINOS, Jorge (org.). *Haya de la Torre o la política como obra civilizatoria*. México: FCE, 1982.
- FERREIRA, Oliveiros. *Nossa América, Indoamérica: a ordem e a revolução no pensamento de Haya de la Torre*. São Paulo: Edusp, 1971.

(13) HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. Hace años ya. In: *Obras Completas*. v. IV. Lima: Mejia Baca, 1985. p. 241-242.